



CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE INFECÇÃO SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL E MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

ROSA, Henrique Danin Araújo¹; OLIVEIRA NETO, Joaquim Guerra de²;
VASCONCELOS, Fernando Holanda³

RESUMO

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), bem como os métodos contraceptivos são problemáticas de saúde pública no Brasil contemporâneo, mesmo com o acesso à informação universalizado pelas novas tecnologias atualmente. Nesse viés, observa-se um aumento de ISTs entre a população adolescente, principalmente o vírus da imunodeficiência humana (HIV), tampouco de gestações não planejadas nessa faixa etária. Objetivou-se analisar o conhecimento de estudantes do ensino médio sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, exploratório e transversal, conduzido em oito escolas públicas estaduais, com ensino médio regular, no município de Araguaína-TO. A amostra foi constituída por 241 alunos entre 14 e 19 anos. Utilizou-se um questionário estruturado com as variáveis gênero, renda familiar, quantidade de moradores da residência, série matriculada, métodos contraceptivos, principais ISTs, meios que utilizava para obter informações sobre os temas e conhecimento sobre ISTs. Os dados foram tabulados no Microsoft Office Excel 2023 e processados no *Statistical Package for the Social Science* (SPSS). O estudo foi aprovado no comitê de ética do Hospital de Doenças Tropicais. Dos 241 adolescentes pesquisados, o contingente de meninos foi de 43,2%, enquanto o de meninas foi de 56,8%. No que tange ao uso de métodos contraceptivos, 37,3% afirmou já ter utilizado algum método durante a vida, sendo os mais conhecidos o preservativo masculino e a pílula do dia seguinte. No que concerne ao conhecimento à respeito das ISTs, evidenciou-se compreensão insuficiente sobre o tema, visto que o número de acertos variou entre 18,7% e 46,9%. O conhecimento dos estudantes

¹ Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC). Graduando em Medicina. Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), danin.henrique@mail.uft.edu.br

² Professor Doutorando da Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), coordenador licenciado do projeto de pesquisa. joaquim.neto@ufnt.edu.br.

³ Professor Mestre da Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), coordenador substituto do projeto de pesquisa. fernando.vasconcelos@ufnt.edu.br



do ensino médio acerca de infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos era insuficiente e incipiente para se ter um nível de prevenção primário adequado nas escolas estudadas.

Palavras-chave: Infecção sexualmente transmissível. HIV. Métodos contraceptivos.

I. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Embora seja dito que o acesso à informação é quase universal na atualidade, há o aumento no número de portadores de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e/ou de famílias desestruturadas por conta de uma gravidez não planejada, especialmente em adolescentes. Logo, as informações acerca de planejamento familiar e necessidade de uso de métodos contraceptivos têm sido discutidas como responsabilidade de toda a sociedade (Faial *et al.*, 2020).

Dentre as ISTs de importância na saúde pública, nota-se a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). A taxa de HIV aumentou três vezes de 2007 a 2019 entre os adolescentes 15 e 19 anos, mostrando a urgência de intervenção nesse público (Dias; Fontana, 2020). Ademais, no ano de 2020 quase 40 milhões de pessoas viviam com HIV no mundo e, em junho de 2021, menos de 30 milhões delas tinham acesso à terapia antirretroviral. Ainda no ano de 2020, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas foram infectadas pelo HIV (Velasquez *et al.*, 2021).

Dessa forma, o melhor método para abordar o público e mitigar a problemática supracitada é através da educação popular em saúde. Assim, a educação popular em saúde é uma prática que tem o objetivo de proteger, promover e recuperar a saúde a partir de diálogos entre uma equipe de profissionais e um grupo predeterminado (Brasil, 2013).

Denota-se, assim, a justificativa do presente estudo em delinear o grau de conhecimento dos estudantes do ensino médio acerca das ISTs, tampouco do planejamento familiar, com o fito de mitigar problemáticas sociais associadas,



contribuir com a melhora da qualidade de vida dos adolescentes e reduzir os impactos socioeconômicos que a carência dessas informações traz aos órgãos de saúde.

II. OBJETIVOS

- Analisar o conhecimento de estudantes do ensino médio sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos.
 - Descrever os aspectos socioeconômicos dos estudantes do ensino médio;
 - Comparar o conhecimento dos estudantes do ensino médio com os aspectos socioeconômicos;
 - Investigar os principais métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissível conhecidos pelos estudantes;

III. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, exploratório e transversal. O estudo foi realizado em oito escolas públicas estaduais, com ensino médio regular, no município de Araguaína-TO, entre os meses de dezembro de 2023 e junho de 2024. A população foi de 2.888 alunos matriculados e amostra final de 241 alunos, matriculados regularmente no ensino médio, recrutados por meio do arrolamento de amostragem probabilística proporcional, aleatorizada por sorteio simples.

Incluiu-se os estudantes do ensino médio regularmente matriculados e frequentando as aulas, com faixa etária de 14 a 19 anos, que estiveram presentes nos dias da coleta de dados. Foram excluídos alunos com idade fora da faixa etária preconizada, que estiverem ausentes no dia da coleta de dados ou que não estivesse cursando o ensino médio regular.



As informações foram obtidas por meio de questionário estruturado, aplicados no turno de funcionamento do colégio. O questionário foi elaborado e adaptado de Brasil (2010), Brasil (2020) e Brasil, Cardoso e Silva (2019) e versava sobre dados sociodemográficos, ISTs e métodos contraceptivos. As variáveis do questionário foram: gênero, renda familiar, série matriculada, métodos contraceptivos, principais ISTs, meios que usava para se informar do tema e conhecimento sobre ISTs.

Os dados foram tabulados no programa Microsoft Office Excel 2023 e, processados no software *Statistical Package for the Social Science* (SPSS) para Windows versão 21.0. Os dados categóricos foram apresentados como porcentagens e os dados contínuos como média e desvio padrão ou mediana, valor mínimo e valor máximo. O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins sob número de parecer: 6.535.862.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 241 adolescentes pesquisados, o contingente de meninos foi de 43,2% (n=104), enquanto o de meninas foi de 56,8% (n=137). Os alunos participantes se distribuíram conforme os valores: 29,5% (n=71) no primeiro ano, 31,1% (n=75) no segundo ano e 39,4% (n=95) no terceiro ano. No que abrange à renda familiar dos estudantes, notou-se que a maioria (36,4%) possuía uma renda entre R\$1.212,00 e R\$2.424,00, com o salário-mínimo vigente (R\$1.212,00).

Tal achado está em consonância proporcional com o estudo de Cesar e colaboradores (2020) o qual encontrou cerca de 50% dos adolescentes no Paraná com renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, à época de 788 reais.

No que tange ao uso de métodos contraceptivos, 37,3% (n=90) afirmou já ter utilizado algum método contraceptivo durante a vida. Desse modo, os meios de prevenção de gravidez mais conhecidos foram: preservativo masculino (81,7%; n =



197), pílula do dia seguinte (75,1%; n=181), preservativo feminino (60,6%; n = 146) e anticoncepcional oral (54,4%; n=131).

Em um estudo similar realizado no Rio de Janeiro, Vieira e colaboradores (2020) averiguou que os métodos mais conhecidos pelos estudantes do ensino médio, tanto grupo dos adolescentes que tiveram relação sexual quanto no que ainda não tiveram, eram o preservativo masculino, pílula de emergência, seguidos pelo dispositivo intrauterino. Evidencia-se, portanto, a generalização acerca da informação sobre a camisinha, bem como de tal pílula, destacando a necessidade de manutenção das campanhas sobre o uso correto desses métodos.

A respeito dos meios de busca sobre informações acerca de métodos de prevenção de gravidez e infecções sexualmente transmissíveis, a maioria dos jovens participantes do estudo (56,4%, n=136) exploravam essa temática na internet. Dessa maneira, isso corrobora para o não aprendizado correto das doenças, bem como para banalização da sexualidade entre os adolescentes, além do acesso fácil a pornografia e seus diversos prejuízos (Stenge; Peres; Gómez, 2023).

No âmbito das infecções sexualmente transmissíveis, as enfermidades mais conhecidas pelos estudantes foram a síndrome da imunodeficiência humana (HIV) com 82,2% (n=198), seguidas pela gonorreia e clamídia com 55,6% (n=134) e pela candidíase vaginal com 44,4% (n=107). Tais achados contrastam com o estudo de Souza e colaboradores (2018), o qual verificou que 74,72% dos adolescentes de Minas Gerais conheciam sobre a mazela causada pelo vírus do HIV, bem como 38,87% e 32,45% sabiam acerca da candidíase vaginal e condiloma acuminado, respectivamente. Contudo, é notória que essa divergência ocorre devido às características culturais e sociodemográficas das regiões pesquisadas.

Quanto ao conhecimento dos adolescentes, identificou-se que a maioria dos alunos tinham compreensão insuficiente sobre as ISTs, pois o número de acertos variou entre 18,7% (n=45) e 46,9% (n=113). Alexandre e colaboradores (2023)



constataram o baixo nível de conhecimento dos alunos do ensino médio sobre ISTs em Minas Gerais, sendo realizada uma atividade de educação em saúde para os alunos e, assim, observaram um aumento dos conceitos básicos sobre tal temática.

V. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento dos estudantes do ensino médio acerca de infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos era insuficiente e incipiente para se ter um nível de prevenção primário adequado nas escolas estudadas. Assim, é imprescindível a educação popular em saúde para esses jovens alunos, tanto por meio de projetos feitos pelas universidades nos cursos da saúde quanto pelas unidades básicas de saúde e o programa saúde na escola, a fim de mitigar comportamentos de risco, gravidez na adolescência e a contração de ISTs incuráveis como o vírus do HIV.

VI. REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, A. R. *et al.* Avaliação do conhecimento de estudantes do ensino médio sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 6, n. 1, p. 1-20, 13 fev. 2023. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/702>. Acesso em: 14 de set. 2024.

BRASIL, M.E.; CARDOSO, F.B.; SILVA, L.M. Conhecimento de escolares sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. **Rev Enferm UFPE on line**. Pernambuco, v. 13, p. e242261, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.242261>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 248 p.: il. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2015/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-atencao-integral-pessoas-com-infeccoes>. Acesso em: 10 abr. 2023.



BRASIL, Ministério da saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). **Gov.br**, 2013. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html.

Acesso em: 06 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, n. 26, série A. Normas e manuais técnicos, 2010. Disponível em:

<https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTlwMg==>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CESAR, J. T. *et al.* Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 3, p. 977–988, mar. 2020.

DIAS, C. N.; FONTANA, R. T. Educação Sexual. **EdiUri**, 2020. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571103/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20SEXUAL.pdf>. Acesso em: 09 de abril 2023.

FAIAL, L. C. M. *et al.* Health in the school: perceptions of being adolescent. **Rev Bras Enfermagem**, v. 73, n. 3, p. e20190068, 2020. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0068>. Acesso em 03 jun. 2023.

STENGEL, M.; PERES, S. O; GÓMEZ, P. L. Autonomia e vulnerabilidade de jovens no acesso à pornografia em ambientes digitais: um debate necessário no campo da sexualidade. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 16, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6720>. Acesso em: 11 set. 2024.

VIEIRA, A. A. *et al.* O uso de métodos contraceptivos por adolescentes:

conhecimento de estudantes do ensino médio. **Global Academic Nursing Journal**, v. 1, n. 3, p. e37, 2020. Disponível em:

<https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/67>. Acesso em: 8 set. 2024.

VII. AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins – FAPT, bem como os membros do PIBEX “Educação popular em saúde para alunos do ensino médio sobre ISTs”.